

# UM NOVO *STATUS* ONTOLÓGICO DA RESPONSABILIDADE: UMA RELEITURA DO ANIMAL A PARTIR DA BIOLOGIA FILOSÓFICA DE HANS JONAS

*Leonardo Nunes Camargo*

Academia da Força Aérea

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo mostrar o novo *status* ontológico e fenomenológico da responsabilidade a partir de uma releitura do animal na obra de Hans Jonas. Neste trabalho, sustentamos que a responsabilidade deve ser entendida como um degrau presente na escala do fenômeno vida. Por ser uma escala que acumula, conserva e compartilha as características de outros seres, nos parece possível afirmar que a responsabilidade, mesmo que em estado latente, deve estar germinalmente prefigurada em outros seres vivos. Nosso problema de pesquisa coloca o seguinte questionamento: se a responsabilidade está contida na escala de desenvolvimento e aptidões do ser, e de acordo com os pressupostos jonásianos, seguindo a lógica da biologia aristotélica, de que as camadas mais baixas são conservadas nas superiores, seria possível pensar numa manifestação da responsabilidade nos níveis mais baixos de tal escala? A fim de tentar responder nossa problemática e nosso objetivo, seguiremos o seguinte caminho: num primeiro momento, apresentaremos como a liberdade é o conceito guia fundamental para interpretarmos o fenômeno vida, veremos que quando Jonas amplia tal conceito como sendo pertencente a todo ser, o autor provoca uma revolução ontológica na filosofia, causando uma ferida no antropocentrismo moderno, uma vez que até então, o conceito de liberdade era restrito a esfera humana; num segundo momento, analisaremos como os conceitos de movimento, percepção e sensação se tornaram características próprias do reino animal e como estes separam o mundo vegetal do animal; por fim, num terceiro momento, defenderemos que na própria obra jonásiana existem certos conceitos que exprimem nossa tese de que a responsabilidade se manifesta de forma latente e germinal no âmbito animal, principalmente nos conceitos de alteridade e sentimento, que os animais têm para com seus próximos.

**Palavras-chave:** Responsabilidade, liberdade, animal, ontologia, Hans Jonas.

**Abstract:** This article aims to show the new ontological and phenomenological status of responsibility from a reinterpretation of the concept of the animal in the work of Hans Jonas. In this paper, we argue that responsibility must be understood as a step present on the scale of the phenomenon of life. Given that this scale accumulates, conserves, and shares characteristics with other beings, it seems possible to state that responsibility, even in a latent state, must be germinally prefigured in other living beings. Our research problem puts the following question: if responsibility is contained in the scale of the development and abilities of beings, and according to Jonásian assumptions following the logic of Aristotelian biology, that the lower layers are preserved in higher ones, would it be possible to think of a manifestation of responsibility at the lower levels of such scale? In order to address our research problem and objective, we will follow this trajectory: at first, we will present how freedom is the fundamental

guiding concept to interpret the phenomenon of life, we will see that when Jonas expands this concept to belong to every being, the author causes an ontological revolution in philosophy, causing a rupture in modern anthropocentrism, as, until then, the concept of freedom was restricted to the human sphere. In a second moment, we will analyze how the concepts of movement, perception, and sensation became characteristic features of the animal kingdom and how they separate the plant world from the animal world. Finally, in a third phase, we will argue that in the Jonasian work itself there are certain concepts that express our thesis that responsibility manifests itself in a latent and germinal form within the animal realm, especially in the concepts of alterity and feeling that animals have towards their peers.

**Keywords:** Responsibility, freedom, animal, ontology, Hans Jonas.

## Introdução

Mesmo após 30 anos da morte do filósofo alemão Hans Jonas, ainda nos deparamos com uma profusão de conceitos e ideias em suas obras que mostram sua genialidade e seu compromisso filosófico. Não é à toa que o autor percorre diferentes áreas do saber, levando consigo o rigor e a inquietação da filosofia.

Em sua biologia filosófica, Jonas considera a liberdade o conceito guia do fenômeno vida. Para fundamentar tal ideia, o autor elabora uma escala ascendente de desenvolvimento de funções e aptidões do ser, que parte dos seres mais primitivos até chegar aos mais evoluídos. Conforme essa escala ascende a graus superiores, cresce a liberdade e surgem novas aptidões e características próprias de cada reino (vegetal, animal ou humano). Essa escala se inicia com o metabolismo, passa pelo movimento, sensação e percepção e culmina na imaginação, na arte e no conceito.

Assim como Aristóteles, Jonas entende a vida a partir de uma sequência de graus de desenvolvimento. Mesmo que o autor grego não a tenha pensado a partir de uma ideia de evolução, para o autor alemão, os pressupostos aristotélicos, na obra *De Anima*, são significantes para sua biologia filosófica à medida que pensa a vida como uma construção estratificada, na qual a mesma se desenvolve em uma progressão de camadas, onde a camada mais elevada depende da mais baixa, até chegar ao ápice da manifestação da vida, onde todas as camadas inferiores estarão conservadas. Através da percepção, isto é, à medida que o ser vivo percebe com amplitude e clareza sua presença do mundo, ele evolui até chegar à mais livre capacidade de objetivação do ser, que é o ser humano.

No entanto, Jonas não foi capaz de perceber que tal escala de desenvolvimento e aptidões do ser não se encerra nos conceitos de imaginação, arte e conceito presentes no ser humano. Dada a revolução biotecnocientífica que irrompeu no mundo contemporâneo, a responsabilidade tem se tornado a característica fundamental, tanto fenomenologicamente como ontologicamente, que o ser precisou inculcar no fenômeno da vida, criando assim, um novo degrau nesta escala.

Nesse sentido, cabe a seguinte interrogação: se a responsabilidade está contida na escala de desenvolvimento e aptidões do ser, e de acordo com os pressupostos jonasianos, seguindo a lógica da biologia aristotélica, de que as camadas mais baixas são conservadas nas superiores, seria possível pensar numa manifestação da responsabilidade nos níveis mais baixos da escala? A partir desse questionamento, nos propomos a investigar e defender neste artigo o novo *status* ontológico e fenomenológico da responsabilidade a partir de uma releitura do animal na obra jonasiana. Ora, se a responsabilidade deve ser entendida como um degrau presente na escala do fenômeno vida, e como afirmamos anteriormente, trata-se de uma escala que acumula, conserva e compartilha as características de outros seres, ela deve, mesmo que em estado latente estar presente germinalmente em outros seres vivos. O escopo do nosso artigo não consiste em analisar todas as características de tal escala, nosso recorte epistemológico analisará a manifestação da liberdade no fenômeno vida a partir dos conceitos de movimento, percepção e sensação, principalmente estes últimos.

Partindo de uma análise qualitativa de cunho bibliográfico, amparados pela problemática apresentada e objetivos delineado, seguiremos o seguinte roteiro: num primeiro momento, apresentaremos como a liberdade é o conceito guia fundamental para interpretarmos o fenômeno vida, veremos que quando Jonas amplia tal conceito como sendo pertencente a todo ser, o autor provoca uma revolução ontológica na filosofia, causando uma ferida no antropocentrismo moderno, uma vez que até então, o conceito de liberdade era restrito a esfera humana; num segundo momento, analisaremos como os conceitos de movimento, percepção e sensação se tornaram características próprias do reino animal e como estes separam o mundo vegetal do animal; por fim, num terceiro momento, defenderemos que na própria obra jonasiana existem certos conceitos que exprimem nossa tese de que a responsabilidade se manifesta de forma latente e germinal no âmbito animal, principalmente nos conceitos de alteridade e sentimento que os animais têm para com seus próximos. Cabe ressaltar que nossa análise procura evidenciar que a responsabilidade está presente no mundo animal numa perspectiva ontológica,

de modo que ela se tornará evidente apenas no ser humano, incluindo aí a dimensão ética.

## 1. A liberdade como gesto de manifestação da vida

Jonas considera a liberdade como um conceito guia fundamental e essencial para interpretarmos o fenômeno vida. Para ele, o surgimento da vida, enquanto fenômeno, acontece a partir de uma ruptura da forma em relação à matéria. A vida surge de um acaso, mas não se trata de um processo cego, no sentido de que a mesma foi aleatoriamente acumulando resultados materiais e incorporando substratos subjetivos àquele conjunto de matéria inerte e, assim, formando as espécies vivas. Para Jonas, uma vez que a matéria se organizou em direção à forma viva, precisamos reconhecer

(...) a possibilidade de que o que ela chegou a realizar está depositado em sua natureza primitiva. Esta potencialidade primordial deveria ser incluída no conceito de substância física, da mesma maneira que a tendência a uma finalidade, manifestada em suas realizações, as criaturas deveriam estar incluídas no conceito de causalidade física (PV, 11)<sup>1</sup>.

Se, para Jonas, o espírito está prefigurado nas estruturas mais primitivas do orgânico, a liberdade também deve ser colocada no substrato mais básico da existência dos organismos. Sua manifestação mais clara e efetiva acontece no metabolismo. Quando o autor alemão coloca a liberdade fora do âmbito do querer e do escolher e, por isso, se afasta do antropocentrismo ocidental e, portanto, a condiciona a processos automáticos químicos que acontecem somente nos seres vivos deste planeta, o autor promove uma revolução ontológica.

Como a empreitada ontológica sobre o fenômeno vida passa pelo alargamento do conceito de liberdade, precisamos mostrar, em linhas gerais, como Jonas trata o conceito. Para ele, “liberdade tem que designar um modo de ser capaz de ser percebido objetivamente, isto é, uma maneira de existir ao organismo em si, e que nesse sentido seja compartilhada por todos os membros da classe dos “organismos”” (PV, 13). Em um primeiro momento,

---

<sup>1</sup> No presente artigo usaremos as siglas convencionais para citação das obras de Hans Jonas, às quais se seguirá o número da página da edição que consta nas referências finais: PV (O princípio Vida: fundamentos para uma biologia filosófica); PR (O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica); PSD (Pensar sobre Deus e outros ensaios); FBM (O fardo e a bênção da mortalidade); EF (Ensaio Filosóficos).

Jonas relaciona a liberdade a fatos meramente físicos, uma vez que sua função ontológica se inicia em bases primitivas da vida até alcançar níveis elevados de objetivação. Mesmo assim, a vida ainda carrega consigo a carga “material da liberdade” presente nos seres vivos mais primitivos. É nesse sentido que a liberdade para Jonas se constitui como o “fio de Ariadne” da vida.

Contudo, na história da vida, a liberdade, apesar de possuir um lugar privilegiado, carrega consigo o peso da necessidade, o que significa que a existência sempre estará em risco e constante ameaça. “A condição básica para o privilégio consiste no fato paradoxal de a substância viva, por um ato primordial de isolamento, se haver desprendido da integração geral das coisas no toda da natureza, de haver-se oposto ao mundo, com isto introduzindo na segurança indiferente da posse da existência a tensão entre “ser e não-ser”” (PV, 14). Ao mesmo tempo em que a forma viva se vê livre da matéria, ela ainda necessita da mesma para continuar existindo. Sendo assim, no âmbito ilimitado das possibilidades da vida, ela introduz, na sua existência, a sua negação, o não ser. Desse modo, o sentido do ser, que é ao mesmo tempo riqueza e fraqueza, é se autoafirmar constantemente e lutar para sobreviver diante de sua negação.

A capacidade de reconhecer a dimensão interna de todos os seres vivos como seres que possuem liberdade é parte do ser humano. O homem é capaz de testemunhar na história evolutiva a vida e ao mesmo tempo tem o poder de analisá-la. A partir dessa posição privilegiada do ser humano, ele é capaz de perceber a liberdade progressiva da ação do fenômeno vida. Portanto, como a vida tem que escolher ser vida, a partir das polaridades que lhe são impostas, a análise fenomenológica desse fenômeno levanta questões éticas, uma vez que a própria vida precisa escolher diante das possibilidades do não ser.

A releitura ontológica de Jonas do fenômeno vida esbarra na dificuldade filosófica ocidental de atribuir finalidade apenas ao ser humano ou às coisas de seu interesse. Por isso, a novidade de sua proposta consiste no fato de demonstrar que existe teleologia em toda a natureza, em todos os seres vivos e, inclusive, naqueles com capacidade apenas de metabolizar. Kant sustentou que a vida foge das leis físicas e matemáticas que regem o universo, e que apenas os seres humanos possuem fins em si mesmos e são eles mesmos causas de si. De acordo com Comín:

O observador racional entende a Natureza viva como se (*als ob*) tivesse fins em si mesma; no entanto, este não é mais que um princípio crítico da capacidade

reflexiva de julgar, uma orientação teleológica que atribuímos aos organismos e, portanto, a Natureza toda, quando na realidade este atuar por fins, quer dizer, por liberdade, só pode ser obra de um agente inteligente que atua de acordo com um princípio de causalidade intencionada, quer dizer, livremente (2005, p. 43) [Grifo do autor].

No entanto, para Jonas, não quer dizer que a natureza somente se comporte *como se* tivesse um fim em si mesma, manipulada por um agente racional que simplesmente lhe atribui finalidade, como uma “coisa” a serviço do ser humano. Para o autor, o fim comum a todo organismo vivo é a sua capacidade de conservação, o embate para manter sua sobrevivência e continuar sua existência. Nesse sentido, dizemos que existe um querer ou, ainda, uma vontade, um desejo de existir, esse gesto espontâneo em favor da vida é a liberdade.

Para Jonas, o primeiro passo de liberdade acontece com a emancipação da forma em relação à matéria, concretizada pelo metabolismo. Isso quer dizer que a liberdade básica do organismo, responsável por gerar a vida, aconteceu graças a uma interdependência da forma, “o desenvolvimento e aumento desta independência ou liberdade é o princípio de todo progresso na história da evolução da vida, que em seu decurso apresenta outras revoluções, cada uma delas um novo passo na direção tomada, isto é, cada uma abre um novo horizonte de liberdade” (PV, 104).

Por isso, dizemos que o metabolismo expressa um tipo de liberdade que chamamos de necessária, isto é, à medida que o organismo pode, *ele deve* realizar as trocas materiais com o meio ambiente. Contudo, isso não quer dizer que sua existência está marcada pela mesmidade da matéria, pelo contrário, sua identidade é marcada pela necessidade e desejo de existir, portanto, dizemos que há “liberdade para o fazer, mas não para o omitir” (PV, 107).

Sendo assim, ao passo que somente existe liberdade à medida que se pode e deve agir, também somente há responsabilidade na mesma proporção em que há compromisso com a ação – em recusa à omissão. Se, nas bases da existência orgânica, o organismo age para se manter vivo e é nessa ação auto interessada, realizada na troca com o meio, que ele se revela livre. Podemos afirmar que, com o desenvolvimento e o avanço nos degraus de liberdade, os seres mais evoluídos também podem despertar, ainda que em grau mínimo, o senso de responsabilidade para com o outro, nesse caso sua prole.

O fardo da necessidade imposto pelo metabolismo permite que a vida transcenda sua interioridade e se abra ao mundo estranho fora de si. Como a forma viva necessita de matéria para se auto constituir e esta matéria está no

mundo, cria-se uma relação de dependência do organismo para com o mundo. Essa carência, necessidade ou falta que o organismo precisa suprir experimentando o mundo, é a marca ontológica fundamental de qualquer ser vivo, ela “caracteriza a existência assim obtida como algo que está suspenso entre o ser e o não-ser. O “não” está sempre à espreita e deve ser evitado sempre novamente. A vida, em outras palavras, carrega a morte em si mesma” (FBM, 269).

Podemos afirmar que, nesse primeiro gesto de liberdade, quando a forma viva se desprende da matéria, sua liberdade é necessária, ou seja, as trocas materiais são constantes, e precisam acontecer para que a mesma mantenha sua existência. Pensando na dimensão ontológica que a responsabilidade assume como marca fenomenológica da vida, pertencendo ao reino dos fins da natureza, isto é, como uma marca característica de qualquer organismo vivo, afirmamos que a responsabilidade, nesse âmbito da forma viva, só pode ser pensada enquanto potencialidade. Apenas com uma alusão hipotética podemos dizer que o organismo é responsável por manter sua sobrevivência, lutando constantemente contra sua negação, mas isso não significa que se trata de uma escolha, é antes de tudo uma necessidade, muito mais instintiva do que qualquer possibilidade de ser ética.

Assim como a liberdade, a responsabilidade na esfera ontológica demonstra uma profunda e inesperada potencialidade, inserindo-se como causa final na natureza da matéria:

No organismo como tal e no seu impulso para viver, sempre está presente a busca do objetivo, que já atua em todas as tendências vegetativas e desperta para uma percepção primordial nos obscuros reflexos, nas respostas dos organismos inferiores aos estímulos; e mais ainda no impulso e empenho e último chegando ao esplendor reflexivo da consciência, vontade e pensamento do ser humano – todos estes são aspectos interiores do lado teleológico da natureza da “matéria” (PV, 115).

À medida que a vida evolui a graus elevados de liberdade, apesar de manter sua necessidade metabólica com o meio externo, o organismo é impelido a tomar decisões, ainda que instintivas, baseadas no desejo e na sensação. Desse modo, a vida vai se tornando independente ao mesmo tempo em que, no entanto, o risco e a ameaça do não-ser tornam-se mais eminentes. Se, com o metabolismo, o ser orgânico precisa se satisfazer porque carece de algo, essa carência, com a evolução da vida, se transformará em interesse,

condição necessária de sobrevivência, “um *habitus* de abertura ao encontro com a realidade externa” (MICHELIS, 2007, p. 80) [Grifo do autor].

A antinomia – necessidade e liberdade – presente nas estruturas orgânicas mais primitivas revela uma característica marcante da responsabilidade do ponto de vista ético, principalmente a partir de um olhar das éticas tradicionais, que é a reciprocidade. No âmbito fenomenológico da vida, a liberdade, além de necessária, se apresenta a partir de uma relação dialética. De acordo com Jonas,

A dialética do fato da vida leva da positividade básica da liberdade ontológica (forma-matéria) para o negativo da necessidade biológica (dependência da matéria), e através dela mais uma vez para o positivo mais elevado da transcendência que une as duas, e onde a liberdade apossou-se da necessidade e a superou pela capacidade de ter o mundo (PV, 108).

Percebe-se que a carência de mundo e a busca para alcançá-lo são uma característica exclusiva do organismo vivo. A matéria, como sendo autossuficiente, não tem necessidade de se conservar, já os seres vivos dependentes de uma matéria estranha a si mesma, são forçados à autotranscendência, a fim de manter sua identidade, vivendo no limite da polaridade entre o existir e o não existir. Fato é que essa polarização se acentua, à medida que se avança a graus mais elevados de liberdade, evidenciando a intencionalidade do ser vivo que necessita se adaptar ao meio externo. Conforme a interioridade (ou subjetividade) se manifesta de modo mais iminente no organismo, maior o distanciamento do ser vivo com o mundo natural, conseqüentemente, maior o risco de sofrimento e frustração.

Juntamente com a possibilidade de sofrimento e frustração, o organismo vivo que avança a graus elevados de desenvolvimento necessita da sensibilidade, uma espécie de resposta imediata a seus estímulos, que o torna um ser mais “consciente” do mundo. A sensibilidade dos seres vivos reforça o interesse primário da forma viva em afirmar e conservar sua existência. De acordo com Michelis:

O vivente é sensível e ativo precisamente em ser exposto e ir para fora: sente-se e constrói a própria identidade em relação à diversidade do mundo externo, que o influencia continuamente. No hiato de isolamento que existe entre si e o mundo, abre-se a necessidade evolutiva da interioridade representativa que dá vida ao objeto, e nela justamente a parcialidade dos aspectos cultivados abre maiores e múltiplas possibilidades de relação com o próprio mundo (2007, p. 83).



Graças à sensibilidade, nova característica do ser vivo, as possibilidades de escolha e refutação se acentuam na esfera da vida. A sensação desperta tanto o interesse por aquilo que é estranho como para o encontro de si. Esse tipo de identidade interior, que deixa o ser vivo aberto ao mundo, funciona como polo comunicativo entre a matéria externa e sua subjetividade e reforça o conteúdo dialético da vida. De acordo com Jonas, junto com o auto interesse espacial, “abre-se igualmente um horizonte temporal, que abrange não o presente exterior, mas sim o estar-iminente interior” (PV, 110). Esse estar iminente é aquele momento futuro para onde a necessidade orgânica leva o organismo para suprir suas carências.

## **2. Movimento, percepção e sensação: marcas da liberdade e germe da responsabilidade animal**

As antinomias, que marcam a existência da vida e a tornam um paradoxo, continuam presentes nos graus superiores de liberdade do vegetal e do animal. A subordinação da forma em relação à matéria, presente nos seres vivos essencialmente metabolizantes, revela o caráter ontológico da liberdade. A aventura e ousadia da vida, ao sair de sua segurança material, expõe a mesma à precarização e dependência constante.

A partir do momento em que a forma orgânica adquire autonomia em relação à natureza cresce também sua dependência a ela. Como a vida torna-se dependente daquilo que lhe é estranho, sua condição de ser se revela na transcendência de aceitar o exterior. Isso faz com que, quanto mais o organismo vivo é capaz de se isolar, maior o leque de contatos e determinações possíveis que ele necessita para manter sua existência. A dimensão real do ser se efetiva à medida que a vida mantém, em seu interior, um distanciamento do mundo, ou seja, quanto maior a centralidade do eu individual, maior a quantidade de contatos daquele organismo, assim como, quanto maior a indeterminação do sujeito vivo como ser auto causal, menor sua quantidade de contatos com o mundo.

O caráter de isolamento revela tanto a opção ontológica do ser pela vida quanto sua marca de fragilidade existencial. A identidade do ser vivo é fruto de uma atividade funcional que busca constantemente evitar sua negação, ou seja, a vida mantém sua existência na precariedade do ser. Esses elementos nos permitem introduzir as características que diferem a vida do animal com a existência do vegetal, a saber: movimento, percepção e sensação.

Quanto à percepção e ao movimento, Jonas identifica sua ocorrência a partir da inquietação da forma viva metabolizante. Essa inquietação possibilita a abertura ao mundo e a individuação do ser. Para o autor, a excitabilidade é condição fundamental de exposição do ser a vida, isto é, a resposta de sensibilidade a estímulos permite que a vida avance a graus mais elevados de individuação e abertura ao mundo, conseqüentemente ela torna-se mais livre.

A percepção, adquirida pelos seres vivos, fornece indícios de um mundo verdadeiro, para Jonas, “a referência real ao mundo só surge com o desenvolvimento de sentidos específicos, de estruturas motoras definidas e de um sistema nervoso central” (PV, 124). Nesse sentido, podemos perceber que a excitabilidade está diretamente ligada à mediaticidade do ser com o meio externo, ou seja, a sua ligação com o mundo, que permite o distanciamento e isolamento do ser, ainda é totalmente precária e necessitada.

O ser que se individualiza e se abre ao mundo, precisa manter sua relação direta com o meio externo a fim de manter sua sobrevivência. A condição de liberdade necessitada está presente fortemente nos vegetais e nos animais “pouco desenvolvidos”. Assim, fica claro que a sensibilidade funciona apenas como um acesso primário ao mundo objetivo, cuja liberdade se manifestará de forma mais veemente à medida que a vida se desenvolve.

Os horizontes de tempo e espaço, presentes no início do processo de individuação do ser, desde os seres com atividades metabolizantes simples, também se manifestam neste movimento de transcendência da excitabilidade. Ou seja, a vida continua se desenvolvendo internamente como condição de possibilidade do que ela pode ser no futuro, e como condição do lugar que ela ocupa à medida que se relaciona com o outro que lhe é estranho.

A condição do horizonte espacial é fundamental para o aumento da liberdade do ser, principalmente na relação e distinção entre a planta e o animal. Enquanto a vida vegetal usa o espaço como uma forma de dependência contínua, o animal transforma essa dimensão espacial em um grau mais elevado de liberdade. Essa transformação só é possível graças ao desenvolvimento da capacidade de locomoção e de percepção à distância. Segundo Jonas, “só através destas capacidades é que o espaço realmente se abre à vida” (PV, 125).

Na vida vegetal a excitabilidade está condicionada à mera experiência do contato deste ser com o mundo exterior, gerando uma aparência do mundo real. Por isso, a planta, não apenas tem sua existência dependente do mundo externo, mas está inteiramente condicionada a ele.

Se pudermos falar de rompimento da vida vegetal com a do animal, essa ruptura seria provocada, primeiramente, pela locomoção, mas também pela capacidade de sentimento e emoção do animal. A emoção no âmbito do animal revela o caráter de pura intencionalidade e interioridade deste grupo de seres vivos. O sentimento, por não possuir nenhum órgão externo e nenhum caractere matemático e científico, foi completamente ignorado pelas ciências naturais no que diz respeito ao estudo comportamental dos seres vivos.

Na esfera animal, as três características, que estamos tratando neste tópico, agem de maneira conjunta. Nossa tentativa de separação será apenas por uma opção didática, a fim de clarear o significado da nossa empreitada. Quando pensamos na locomoção do animal, podemos resumi-la, segundo Jonas, em duas situações: ou de fuga ou de caça. Os sentimentos que são mobilizados durante a perseguição à presa revelam uma intenção emocional do ser vivo que se concretizará com o sucesso ou não da caçada.

O animal persegue porque tem necessidade e deseja, ou foge porque precisa manter sua existência e sobreviver e, assim, também deseja. Portanto, tanto na fuga como na perseguição o desejo impele o animal, seja o desejo de ter o objeto, como o medo para fugir do predador. Esse impulso desejante presente na existência animal é o anseio da vida em se prolongar, é o *sim* que a vida dá ao ser. Portanto, é justamente a possibilidade de locomoção, nesses termos, que, inicialmente, diferencia o animal do vegetal.

Existe, na esfera animal, uma distância entre o objeto e o objetivo de satisfação, graças ao desenvolvimento do sentido da visão, o predador pode ver à distância a sua presa e, por sua vez, a presa pode também ver à distância o seu predador e por meio da visão o predador pode se dirigir à sua presa que, por sua vez, também pode tentar fugir. O que torna o desfecho da cada caça sempre incerto. No âmbito vegetal, a locomoção da planta está restrita à retirada de nutrientes do ambiente, a fim de manter sua sobrevivência, além disso, o contato da planta com o meio externo é constante e invariável.

A condição essencial do desejo animal, que pode ser reconhecido pela percepção sensorial daquele ser vivo mais desenvolvido, se efetivará somente se o animal se esforçar e buscar a realização daquele objetivo desejado. Jonas resume esta ideia da seguinte forma: “a percepção oferece o objeto como “não aqui, e *sim* mais além”, o desejo oferece a meta como “ainda não, mas podendo ser alcançada”: orientada pela percepção e impelida pelo desejo, a mobilidade transforma o *além* em *aqui* e o *ainda não* em *agora*” (PV, 126) [Grifo do autor].

Podemos perceber que a marca ontológica da liberdade, presente na vida animal, consiste no espaço criado entre o objeto desejado e a satisfação. Nesse sentido, a imediatez presente nas outras camadas da liberdade, dá lugar à dimensão espacial que os próximos seres vivos terão que conviver. Objeto e sujeito tornam-se esferas distintas e separadas pelo desejo. O animal rompe com o princípio de imediatez presente na vida vegetal. A partir dessa análise fenomenológica da vida, podemos dizer que, de um ponto de vista epistemológico, a existência animal é responsável pela separação entre objeto e sujeito. Contudo, precisamos lembrar que nessa aventura do ser rumo à afirmação da vida, a partir do momento que o animal rompe com a imediatez da vida, maior o risco e a ameaça a sua existência. Na mesma proporção que há a possibilidade de satisfação na obtenção do objeto desejado, também há a frustração e o medo gerado pelo objeto desejante. Quanto maior a liberdade maior o risco e ameaça do não ser.

Cabe ressaltar que, Nas plantas, nenhum objeto funcional adicional é necessário para manter sua sobrevivência, suas capacidades de fotossíntese e suas habilidades metabólicas são necessárias para garantir sua permanência, portanto, nessa análise da vida, para Jonas, a autossuficiência não é sinônimo de uma vida evoluída. A planta é totalmente mantida pela mediatez que acontece entre a própria planta e a fonte externa geradora de alimento, nessa troca de energia, a necessidade é sempre corrente, não existe carência nesse processo, o que faz com que a satisfação do vegetal seja sempre mantida e não surjam necessidades extras, nem mesmo desejos.

A planta sempre está estritamente ligada ao meio ambiente, ao contrário do animal que vê todos os objetos do qual necessita distantes de si. Dessa maneira, a planta estabelece um elo com o meio ambiente que o animal jamais conseguirá atingir. Sendo a atividade típica dos vegetais seu processo metabólico, com os animais essa atividade está relacionada com seu agir e seu desempenho. A atividade que o animal realiza nasce de uma vontade dentro de si, determinada pelo próprio metabolismo e se exterioriza, a fim de manter suas necessidades e funções estabelecidas pelo próprio processo metabólico, trata-se de um “caráter mediato da ação vital pelo movimento exterior” (PV, 129). Nesse movimento, que nasce de dentro de si e é capaz de se exteriorizar, é onde está abrigada a liberdade, o risco e a ameaça que a vida animal carrega, pelos quais ela poderá atingir o êxito ou o fracasso. De acordo com Jonas, “a possibilidade de erro ou fracasso corresponde à do êxito sob as condições da ação mediata” (PV, 129).

A liberdade do animal se torna diferenciada pelo fato dele ter que buscar energia suficiente para atingir seu objetivo mediato. Tal caráter mediato

do animal é o que garante sua sobrevivência, ele produz um indivíduo isolado que se defronta com a grandiosidade da natureza, que, no entanto, pode devorá-lo ou saciá-lo, coloca as coisas que ele precisa, mas é tarefa do animal procurar seu alimento. Junto com as coisas que lhe agradam, estão os seres que lhe causam medo. Sendo assim, a sobrevivência não é garantida por um ordenamento perfeito de um organismo bem adaptado, ela estará sujeita a determinadas ações que vão mostrar ao indivíduo o momento certo de atacar ou recuar. Esse aspecto obriga o ser vivo (animal) a estar sempre vigilante e atento ao mundo que o rodeia. “Respondendo ao atrativo da presa, de que a percepção lhe deu notícia, a vigilância transforma-se na tensão da caça e o gozo da satisfação: mas conhece também o incômodo da fome, o flagelo do medo, o esforço angustiado da fuga” (PV, 130).

Na existência animal, está contemplada tanto a possibilidade da dor como a do prazer, e esses estão presentes de acordo com o esforço. Tanto o sofrimento como a capacidade de gozar de uma conquista fazem parte da existência de um animal. A dor não é o sofrimento primário do animal, antes, se encontram a falta e o medo. O desejo se transforma no interesse elementar da vida e supera a necessidade básica do próprio organismo, atingindo uma função própria do animal, suas emoções. Pois de acordo com Jonas, “o ser animal é essencialmente um ser apaixonado” (PV, 130).

Mas, afinal como a responsabilidade em sua dimensão ontológica se insere na esfera animal? Defendemos que a responsabilidade se insere na fundamentação ontológica jonasiana, a partir de certas características que podemos observar no reino animal que, porém, se tornarão marcantes no ser humano.

Para Jonas, a individuação (do ser) se manifesta de forma clara no distanciamento e isolamento do sujeito animal, em relação ao mundo circundante. Essa ruptura originária da vida marca o início de uma nova etapa na história da liberdade do ser. Comparado aos seres protozoários, o vegetal dá um importante passo evolutivo na escala da liberdade, no que diz respeito à separação da centralidade do seu núcleo de determinações e individuação crescente. No entanto, a planta ainda tem suas capacidades e funções orgânicas restritas à funcionalidade química de apropriação metabólica. Em outras palavras, a planta possui certa “limitação”, uma vez que não possui controle externo de suas funções, como, por exemplo, órgãos de sentido e membros - características próprias dos animais.

Nesse contexto, o desenvolvimento de certas características presentes nos animais confere maior grau de liberdade a esse grupo de seres vivos. A fim de clarificar essa afirmação, destacamos a capacidade de controle mecânico dos

membros e o movimento controlado das atividades motoras desses seres. Os membros são partes conectáveis e complexas que fazem mediação com o mundo, ao contrário da máquina que também necessita de um ordenamento e funcionamento adequado, os membros de um organismo vivo (animais) necessitam da capacidade sensitiva e reativa para se adequar às imposições do meio. O movimento controlado extrapola a dimensão estímulo/resposta, pois necessita conectar e fazer com que as partes se interajam, partindo de um sistema nervoso central. Para Jonas, “com sua presença [sistema nervoso], a questão da fonte ou do agente de controle é respondida em referência a esse centro, enquanto os nervos que emanam desse centro são os canais de controle e também da informação necessária para o controle” (EF, 318).

Novamente, precisamos refazer nosso questionamento anterior: como e por que atribuir a responsabilidade, em sua dimensão ontológica, à existência animal? Quando elegeu a liberdade como fio condutor da sua fenomenologia da vida, Hans Jonas omite um dado importante das suas análises que recolocaria a responsabilidade de maneira definitiva na história ontológica do ser. Para ele, os graus de liberdade acontecem muito mais em uma relação entre sujeitos de um mesmo grupo, do que leva em consideração o diferente (o outro). Por mais que Jonas mencione a importância do estranho (outro) como elemento indispensável para o processo de individuação, o outro é sempre tratado como um coadjuvante, nunca como partícipe comum do desenvolvimento da vida.

Enquanto a planta possui uma capacidade de contato direto com o meio ambiente, baseado na relação estímulo/resposta, no qual, na antinomia liberdade e necessidade, a necessidade é mais ativa; no caso do animal, a capacidade de contato com a realidade externa aumenta as possibilidades e desejos, por mais que o animal dependa do ambiente externo, na relação estímulo/resposta, o animal é livre à medida que pode escolher, como por exemplo, o que comer. Nesse sentido, fica evidente que a capacidade de contato com a multiplicidade externa, que o ambiente oferece, aumenta a individualidade do ser vivo e conseqüentemente aumenta a zona de contato com o mundo. Isso é decisivo porque, de acordo com Michelis, “tal distanciamento, que permite que a relação com o mundo seja cada vez mais articulada, complexa e ampla até atingir no ser humano a capacidade de representação conceitual potencialmente universal, já está desenvolvida no animal” (2007, p. 89).

Jonas parece ignorar elementos importantes presentes na capacidade de relação com o mundo presente nos animais, que é justamente o envolvimento do animal com o seu semelhante, isto é, o outro, a alteridade.

Leon Kass (2001) identifica, juntamente com o movimento, a percepção e a emoção, a sexualidade e a sociabilidade dos animais como características de distinção do animal para com a planta. Jonas, por sua vez, usa apenas as três primeiras características para mostrar que, na escala de desenvolvimento de funções e aptidões do ser, a liberdade pode ser encontrada, mas não dá o passo adiante para colocar a responsabilidade também como dimensão ontológica do ser vivo.

O que traduzimos por emoção, como característica presente nos animais, Micheli traduz para o italiano como sentimento (*cf.* 2007, p. 90). Jonas analisa o sentimento (emoção) somente no plano individual do ser, ele não menciona a capacidade de sentimento e de sentir emoção do animal para com sua prole, por exemplo. O cuidado com a prole e necessidade de manutenção da existência da espécie não pode ser uma questão meramente instintiva, tal relação envolve desejos, insegurança, afetos, mas, por que não podemos dizer que os pais têm algum grau de responsabilidade para com a prole? O animal materno que vê sua cria ameaçada, defende a mesma diante dos predadores, não como algo apenas instintivo, mas porque sua função de mãe está prefigurada na esfera ontológica do seu ser. No entanto, é preciso deixar claro e evidenciado que a capacidade de responsabilização pelo outro, desenvolver-se-á de forma mais acabada no ser humano, com a ascensão de um novo grau de atividade interior associado à racionalidade. Assim como Jonas prefigurou na existência dos seres metabólicos, vegetais e animais, a liberdade, podemos afirmar que a capacidade de sentimento e emoção é uma das características presentes nos animais, na medida em que envolve também o cuidado e zelo por outro da sua espécie (principalmente, quando este outro é a sua prole).

Poderíamos ainda questionar: a responsabilidade pode ser atribuída aos animais a partir de características como o sentimento e a sociabilidade? Como essas características envolvem pensar a relação de alteridade do sujeito com seu semelhante? Jonas parece ter apontado um caminho para essas questões, apesar de não as ter explicitado. Sendo que nas plantas as atividades vitais e suas necessidades, em uma perspectiva temporal, estão circunscritas ao seu presente imediato, portanto, afirmamos que na vida vegetal existe uma autossuficiência inerente à sua condição de ser, que pode ser comprovada através de seu processo metabólico e na forma de aquisição dos nutrientes necessários à sua sobrevivência. O animal, por sua vez, devido à ausência dessa autossuficiência metabólica, tem sua existência ameaçada e precária, pois necessita buscar seu alimento em fontes não disponíveis imediata e constantemente. Nesse sentido, quando o desejo e a necessidade são pensados

na existência animal, esse ser vivo precisa desenvolver características como a sociabilidade. Além do movimento e da percepção à distância, para facilitar sua aquisição de nutrientes, podemos observar como certas espécies caçam em conjunto e dividem a refeição, por exemplo.

Queremos dizer, então, que o campo de atuação e atividade do animal rompe com o processo metabólico encontrado no ambiente vegetal e assume determinações tipicamente novas na historicidade do ser, com o risco constante de fracassos e a possibilidade de êxitos. Parece-nos que, por detrás dessa condição animal de existência precária e ameaçada, tanto a durabilidade como a segurança biológica não podem ser condições suficientes de valorização da vida, porque, se assim fosse, o sucesso do ser estaria assegurado nos corpos inorgânicos e não na tensão e risco de morte. De acordo com Jonas:

Isto significa que semelhantes <<meios>> da sobrevivência, como são a percepção e o sentimento, nunca podem ser julgados somente como meios, mas também como qualidades da vida mesma que se trata de conservar e, portanto, como aspectos da finalidade de conservação. Um dos paradoxos da vida é que ela usa meios que modificam o fim, tornando-se eles próprios seus componentes. Sentimento, percepção e mobilidade são bens da vida desejados junto com a autoconservação a que servem, que é precisamente a conservação de um de seus parciais <<si mesmos>>. É tão legítimo dizer que o metabolismo existe em virtude deles quanto que eles existem em virtude do metabolismo. (PSD, 36) [Grifo do autor].

A citação corrobora a tese de que a conservação da vida acontece por se tratar de um fim inerente a ela mesma. O animal, como parte da historicidade do ser, também é “responsável” pela sua manutenção, à medida que é capaz de, principalmente, sentir, perceber e criar laços com os outros. Desse modo, podemos todos afirmar que esses são o sentido existencial do animal, para além daquilo que Jonas havia analisado em sua biologia filosófica.

A partir dessa nossa nova análise da existência animal, podemos colocar um ponto decisivo na pretensão jonasiana de recuperação da teleologia dos seres vivos na história do ser, isto é, a partir da vida animal, as características que envolvem qualquer ser vivente passam a ser um fim em si mesmo, no momento em que sua luta será pela sobrevivência. Desse modo, as características – movimento, percepção e sentimento - evidentes no animal, extrapolam o caráter quantitativo e tornam-se aspectos qualitativos do ser. Cabe também dizer que, uma vez que a relação de mediação do animal com o



mundo é ampliada para além da simples noção de espaço e tempo neutros, tal relação está orientada para promover a satisfação do indivíduo que se move, portanto, estamos tratando de um campo orientado de ação, a partir disso, afirmamos, conforme Tibaldeo (2009, p. 218), que nesse campo de orientação exterior existe um valor, que revelará o sucesso ou o fracasso do animal.

Dizemos que o animal, ao contrário de um mecanismo simples de respostas, como as máquinas, é um ser vivo porque possui interesse em si mesmo, por mais básico que esse interesse possa ser, envolvendo funções como comer, reproduzir, caçar, fugir, cuidar da prole, etc. Podemos afirmar, assim, que existe um propósito ontológico do ser presente na existência animal. Este propósito, transcrito em desejo, poderá ser concretizado ou não.

Nesse sentido, podemos afirmar que as ações animais, tanto externa quanto internamente, são dotadas de significados que revelam os sentimentos e as sensações desses seres vivos, sejam elas de dor, alegria, sofrimento, prazer etc. Nesse novo campo de significações, a novidade ontológica atinge o auge qualitativo do ser na existência animal: “A camada de mediação sobreposta (quer dizer a mediação animal), por um lado, ainda é sempre instrumental devido à mera conservação orgânica e, por outro lado, manifesta valores e fins que transcendem esta última e que modifica concretamente os métodos de realização” (TIBALDEO, 2009, p. 218-219). Ao que parece, Jonas dá sinais de uma latência ética presente na escala evolutiva do fenômeno vida, portanto, inerte na existência animal que se manifesta no grau de liberdade atingido pelo animal. Contudo, como percebemos, o autor não desenvolve tal diagnóstico e orienta suas análises para o animal humano.

Jonas mostra como a vida animal expõe a dependência deste ser com o ambiente, uma dependência não apenas do objeto material, mas uma dependência do outro e de si mesmo. O esforço que o animal emprega para sobreviver, juntamente com a dependência inerente à sua constituição física, são valores que transcendem a existência desses seres e os colocam em uma relação de contato com o mundo. Por isso, o autor afirma que “o ser animal é essencialmente um ser apaixonado” (PV, 130), ou seja, nele a vida é um conglomerado de paradoxos, por isso, deve estar em contato com o mundo, para “viver”. A vida “não é economia, é despesa, não é previsibilidade, é surpresa, não é linearidade, mas movimento intenso e circular em si mesmo, interesse próprio e paradoxal e duplicidade dialética, não é apenas exterioridade, mas também interioridade, não apenas sobrevivência, mas sobrevivência e duração de certas qualidades frutos da evolução” (TIBALDEO, 2009, p. 226).

Para Jonas, “o reconhecimento de outra vida é uma característica fundamental da relação integral do organismo animal com o exterior” (EF, 383) e isso quer dizer que o animal é capaz de diferenciar o vivo do não vivo e classificar o ente a partir de fatores externos que envolvem seus sentimentos como medo, dor, ânsia de fuga, pertencimento à espécie, desejo por parceiro/a para reprodução, receio do inimigo, entre outros. O animal é capaz de atribuir algo a outrem, quando há uma familiaridade com aquele ser. Portanto, podemos afirmar que tal reconhecimento passa por uma análise da identidade comum da natureza animalesca e esse reconhecimento direcionará a ação do sujeito. Para nosso autor, “*a vida animal é expressiva*” (EF, 384) [Grifo do autor]. A forma como o animal se comporta, sua forma de comunicar, seus rituais, a forma como se posiciona, seus movimentos, permitem que ele seja compreendido tanto pelos membros de sua espécie como de outras.

Interessante notar como a expressão de alguns animais revela a capacidade de percepção daquele ser. Jonas usa o exemplo do gato que me olha e me comunica algo, ele quer algo e se comunica comigo através do olhar, ele sabe onde olhar, por isso, dentre tantas partes do meu corpo, direciona o olhar para meus olhos. Com aquele olhar consigo “entender” seu desejo, a expressão que revela uma carência que me impele à ação. Esse mesmo animal também sabe distinguir o que é a brincadeira e a seriedade.

Tais animais, isto é, os que são capazes de brincar, a saber, os animais que compartilham do ambiente de uma ninhada, especialmente os mamíferos com a infância refugiada que lhes é própria, que são ainda livres da severa pressão das necessidades animais, mas que já aproveitam os poderes do movimento. Essa é a razão pela qual os golfinhos brincam, mesmo quando adultos, mas os tubarões não. E nós humanos, enquanto somos os mamíferos com maior infância que a liberdade paradisíaca do brincar em um estágio responsável da vida adulta permite, compreendemos o brincar dos animais (EF, 385).

No ser humano, tais expressões dos animais são transmutadas em sistemas e códigos linguísticos livremente inventados e manipulados. Portanto, se o movimento, a percepção e a emoção são características que comprovam a manifestação progressiva de liberdade presente na existência animal, concluímos aqui que alteridade, sentimento e finalidade são os traços ontológicos da responsabilidade presentes na vida animal, que se manifestarão de forma evidente no conceito de transanimalidade.

## Considerações finais

Ao longo deste artigo, procuramos defender que a responsabilidade possui três dimensões: uma fenomenológica, uma ontológica e outra ética. Esta última é a mais evidente e por isso não nos preocupamos neste texto com ela, quanto as outras duas dimensões a partir de uma releitura da biologia filosófica de Jonas e de uma reinterpretação do fenômeno vida, ficou claro que a responsabilidade ocupa no atual cenário de transformação biotecnocientífico um lugar de destaque na escala de desenvolvimento e aptidões do ser. Por isso, podemos afirmar com clareza e segurança que a responsabilidade é um produto da responsabilidade, ou ainda, uma espécie de necessidade da liberdade para que o ser continue se manifestando no mundo.

Nos parece claro que, se quisermos um elemento capaz de frear os impulsos biotecnológicos contemporâneos, expressos pelas promessas do transumanismo e pelo *enhancement human*, não basta usar apenas racionalidade, precisamos da responsabilidade tanto na dimensão ontológica, que nos obriga à preservação o ser, como em sua dimensão ética, que nos impele a agir com respeito e prudência.

É evidente que no século XXI, a autenticidade e integridade da vida precisa ser protegida, tanto a humana quanto a não-humana. Mas o que estaria ameaçando essa integridade e por que precisaríamos garantir “a permanência de uma autêntica vida humana” (PR, 47)? De acordo com Tibaldeo, garantir uma vida autenticamente humana “significa cuidar da vulnerabilidade essencial da vida ameaçada pela tecnologia humana” (TIBALDEO, 2021, p. 182). O fenômeno vida é marcado pela precariedade e vulnerabilidade, e estas características são elementos fundamentais para se manter uma vida autêntica. Já que a liberdade e a responsabilidade se tornaram marcas da autenticidade da vida, precisamos salvaguardá-las na humanidade atual, e não preservá-las apenas na sociedade futura.

Porém dada a magnitude que as biotecnociências adquiriram, a filosofia sozinha não é capaz de salvaguardar a vida, por isso, talvez seja necessária uma convergência dos saberes, capaz de nos guiar e apontar caminhos ecologicamente saudáveis, despertando no ser humano o sentimento de responsabilidade para com o próximo e o respeito pela casa comum, isto é, a natureza.

## Referências

- ARISTÓTELES. *De Anima*. 1ª ed. São Paulo: Edipro, 2011.
- CAMARGO, L. N. “O princípio responsabilidade e a crítica ao transumanismo”. In: *Princípios* (UFRN Impresso), v. 28, 2021, p. 190-214.
- COMÍN, I. G. “Introducción a la edición española”. In: JONAS, H. *Poder o impotência de la subjetividad*. Tradução de Illana Giner Comín. Coleção Pensamento Contemporâneo. Barcelona/Buenos Aires/México: Paidós, 2005, p. 13-70,
- COYNE, L. *Hans Jonas: life, technology and the horizons of responsibility*. Londres: Bloomsbury Academic, 2021.
- FUKUYAMA, F. *Nosso futuro pós humano: consequências da revolução da biotecnologia*. Tradução de Luiza Borges. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- \_\_\_\_\_. *O fim da história e o último homem*. Tradução de Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GALIMBERTI, U. *Psiche e techne: o homem na idade da técnica*. Tradução de José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 2006.
- JONAS, H. *Ensaio Filosófico: da crença antiga ao homem tecnológico*. Tradução de Wendell Evangelista Soares Lopes. São Paulo: Paulus, 2017.
- \_\_\_\_\_. “O fardo e a benção da mortalidade”. In: *Princípios*, Natal, v. 16, n.25, jan.-jun./2009, p. 265-281. Tradução de Wendell Evangelista Soares Lopes. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/450>>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- \_\_\_\_\_. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Tradução Marijane Lisboa, Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUCRio, 2006.
- \_\_\_\_\_. *O princípio vida: fundamentos para uma biologia filosófica*. Tradução Carlos Almeida Pereira. Petrópolis: Vozes, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Pensar sobre Dios y otros ensayos*. Tradução de Angela Ackermann. Barcelona: Herder, 1998.
- KASS, L. “Appreciating the phenomenon of life”. In: *Graduate Faculty Philosophy Journal*, New School For Social Research, 23, n. 1, 2001, p. 65-69.
- MICHELIS, A. *Libertà e responsabilità: la filosofia di Hans Jonas*. Roma: Città Nuova Editrice, 2007.
- PINSART, M. G. *Hans Jonas et la liberté: dimensions théologiques, ontologiques, éthiques et politiques*. Paris: Vrin, 2002.
- TIBALDEO, R. F. “A autenticidade humana segundo Hans Jonas: desafios éticos, políticos e educacionais”. In: SOUZA, Gregori; BUGALSKI, Miguel;

VASCONCELOS, Thiago. *Hans Jonas – desafios de uma filosofia para o futuro*. Curitiba: CRV, 2021, p. 175-193.

TIBALDEO, R. F. *La rivoluzione ontologica di Hans Jonas: uno Studio sulla genesi e Il significato di “organismo e libertà”*. Milão: Mimesis Itenerari filosofici, 2009.

Email: leonardonncamargo@gmail.com

Recebido: 02/2023

Aprovado: 11/2023